

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff Presidenta da República Federativa do Brasil Nesta

Senhora Presidenta,

Como legítimos representantes dos bancários e atendendo à deliberação do 24º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, vimos à presença de Vossa Excelência para expor as dificuldades enfrentadas pelos funcionários do BB na desgastante labuta diária e para reivindicar mudanças no tratamento da direção do banco para com os trabalhadores.

A orientação geral de negócios adotada pelos dirigentes do BB não combina com as preocupações e compromissos do Governo Federal implantado em nosso país nos últimos dez anos. As políticas públicas de redução das desigualdades sociais e regionais, de crescimento econômico com distribuição de renda e de inclusão social, somente foram seguidas pela diretoria do banco quando o Governo exerceu forte pressão para que isto acontecesse. Não se notam, da parte de quem comanda o banco, intenção clara de criar e implantar medidas afinadas com a orientação política, social e econômica adotada pelo poder central do país.

É voz corrente entre os administradores e gerentes que constroem a solidez do banco, dialogam com os clientes e produzem resultado, através dos mais de 5 mil pontos de atendimento, que o Banco do Brasil é uma nau sem rumo. Que não se notam, da parte da Diretoria, estratégias bem definidas para orientar a atuação dos 115 mil trabalhadores com objetivo único. Metas são comunicadas no início da manhã, alteradas ao longo do dia para terminar o expediente com outro rumo. É lamentável que uma empresa com tão longa folha de serviços prestados ao país não esteja utilizando o seu potencial para apoiar a geração de emprego e renda e as políticas públicas definidas pelo Governo.

Quando o Governo determinou ao BB liderar a expansão de crédito para que o país vencesse a crise de 2008, a resposta foi muito positiva. Quando determinou a redução dos spreads bancários, também foi boa. Esses episódios mostram o potencial da empresa, mas, passada a cobrança do acionista, a direção da empresa volta à velha rotina de focar metas impossíveis nas vendas de produtos de capitalização, previdência e seguridade, que pouco resultado leva ao balanço do banco quando comparado às operações de crédito e financiamento, mas carreia lucro para os sócios privados das subsidiárias. Isso ao custo do esforço e do adoecimento dos funcionários e, atualmente, os clientes até fogem para evitar a oferta de novos produtos.



O Banco do Brasil recentemente divulgou o maior lucro de um banco brasileiro em toda a história, sendo 10 bilhões de reais somente no primeiro semestre de 2013. Não obstante uma lucratividade tão grande e tamanha importância para a empresa, governo e país, os problemas apresentados neste documento demostram que ao invés de reconhecimento ao esforço dos funcionários, as práticas de gestão tem causado grande descontentamento com a direção do Banco do Brasil, com o governo e com o projeto de país que este mesmo governo propõe.

Quando o tema é política de recursos humanos, as críticas aumentam exponencialmente. Para a maioria dos funcionários, as melhorias negociadas nos últimos dez anos ficam apagadas diante do autoritarismo praticado pela direção do banco. Aumentos salariais acima da inflação, maior participação nos lucros e resultados, ampliação de benefícios sociais e direitos trabalhistas, tudo fica desvalorizado frente ao tratamento imposto aos trabalhadores pelos dirigentes do banco. O clima interno das agências é péssimo e inúmeras reclamações chegam até os sindicatos.

O funcionário pede socorro todo dia. Vamos citar somente as principais reclamações.

As metas, que anteriormente eram definidas através de acordos de trabalho semestrais, agora são impostas diariamente de cima para baixo, sem nenhum processo de diálogo com os funcionários e administradores e sem analisar a sua viabilidade diante das características dos mercados locais e regionais. Por serem muitas vezes inviáveis, as metas ficam desacreditadas. Em vez de repactuar os objetivos mal traçados e mal feitos, os dirigentes do banco orientam, através de sua estrutura organizacional militarmente hierarquizada, que a cobrança de resultado seja de maneira violenta, assediadora e desumana.

O banco regrediu para adotar políticas de recursos humanos ultrapassadas. Tanto que a área responsável pela gestão de recursos humanos, o coração de qualquer empresa moderna, foi reduzida. A gestão de pessoas está delegada, de fato, a quem cuida de negócios e que parece nada entender de recursos humanos. Predomina a gestão do lucro.

O assédio moral é enorme. Torpedos, mensagens nas caixas postais, humilhação imposta a administradores e funcionários e ligações constantes dentro e fora do horário de expediente transformaram num inferno a vida dos gestores, gerência média e demais funcionários. Os administradores mais autoritários são promovidos, não por seus méritos, mas pela postura autoritária adotada. As políticas democráticas de ascensão profissional foram rasgadas e muitos talentos são perdidos por não se valorizar o mérito de cada um.

O retrocesso não para por aí: as demissões por ato de gestão, abolidas em 2003, voltaram e são utilizadas pelos gestores mais autoritários. Os descomissionamentos e a redução no valor das comissões são ameaças e práticas constantes, de tal maneira que o BB é hoje o único banco que reduz as gratificações de seus trabalhadores.

O Banco do Brasil é hoje, de longe, uma das empresas do sistema financeiro onde está mais disseminada a prática do assédio moral, essa praga que consome a saúde dos trabalhadores. Obviamente, os dirigentes do BB negam que isto aconteça, mas vários elementos comprovam



nossa afirmação: o grande número de licenças-saúde e afastamentos, a utilização de calmantes para tolerar a pressão diária, o aumento do estresse e dos tratamentos psicológicos e psiquiátricos. Em vez de trabalhar pela melhoria de clima, o banco ainda agrava o estresse mandando economizar nos gastos com segurança, colocando em risco a vida de milhares de empregados e clientes.

Para continuar gerando resultado, o banco apelou para a redução da jornada com redução de salários. E aproveitou o ensejo para reduzir o valor das comissões para funções de confiança e gratificadas. Em vez de premiar aqueles em quem diz confiar, o banco toma uma decisão extremamente equivocada e implanta o novo plano de funções para golpear conquistas negociadas com os sindicatos nos últimos anos, tais como os adicionais de mérito. Provocou tal desencanto nos bancários que as entidades sindicais intensificaram a proposição de demandas judiciais, criando um passivo trabalhista monumental, provocada por uma decisão infeliz e injustificada da empresa.

O banco está reduzindo a jornada de trabalho de milhares de trabalhadores, mas nem por isso reviu as dotações das agências, sobrecarregando os demais funcionários de maneira irresponsável, comprometendo o atendimento ao cliente, reduzindo a capacidade do banco de aumentar as operações de crédito.

Diante deste quadro, o funcionalismo e suas entidades de representação reivindicam que o Governo Federal, como acionista majoritário, dê um basta a tudo isso e determine alterações imediatas na gestão do BB, a fim de que se volte para cumprir a missão de banco efetivamente público, a serviço do desenvolvimento do País.

Atenciosamente

Carlos Cordeiro

**William Mendes** 

Presidente

Coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB